



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ	
PROCESSO Nº	9068/2023
DATA DE INÍCIO	08/05/2023
FLS.	13
RUBRICA	

À CPL,

PROCESSO Nº 9068/2023

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023 – Processo Administrativo nº  
10267/2021

Considerando o recebimento da Impugnação, referente ao Edital cujo objeto versa sobre Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de prevenção e combate a incêndio, atendimento emergencial de primeiros socorros por meio de brigada de incêndio constituída de Bombeiros Civil, insumos indispensáveis para a execução do serviço, apresentada pela empresa ATAC FIRE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.229.958/0001-11

Considerando que o pedido de impugnação se baseia na Nota Técnica CBMERJ NT 2-11-2019, que normatiza os procedimentos para formação e atualização de Bombeiros Civis (BC) e Brigadista Voluntários de Incêndio (BVI), o credenciamento de Empresas Especializadas na formação, treinamento e prestadoras desses serviços, bem como dimensionamento de Brigada de Incêndio para atuação em edificações e eventos de reuniões de público, bem como estabelece as condições mínimas necessárias para o credenciamento de empresas especializadas na formação e treinamento de brigada de incêndio e de empresas prestadoras de serviço de brigadas.

Considerando que ATAC FIRE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA, entende ser indispensável na fase de habilitação o requisito credenciamento dos licitantes junto ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro como empresa formadoras de BC e BVI e prestadora de serviço de Bombeiro Civil.

Inicialmente, cabe ressaltar que em conformidade com a Nota Técnica supra, a definição de empresa prestadora de serviço de Brigadas de Incêndio são aquelas devidamente habilitadas no CBMERJ, e que se encontram em condições de executar o serviço de Brigada de Incêndio, no território do Rio de Janeiro.

Cabe destacar que a jurisprudência do TCU, é consolidada no sentido de cobrir inclusão, nos editais, de exigências desarrazoadas para cujo atendimento os licitantes tenham que incorrer em despesas que sejam desnecessárias e anteriores à própria

RECEBIDO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL  
MAT. 110834



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ	
PROCESSO Nº	9068/2023
DATA DE INÍCIO	08/05/2023
FLS.	14
RUBRICA	

celebração do contrato, ou que frustrem o caráter competitivo do certame, destacamos o entendimento do TCU, Acórdão 1227/2009 Plenário:

*“Abstenha-se cláusulas em edital que venham a impor ônus desnecessários aos licitantes, (...) por implicar restrições ao caráter competitivo do certame, em violação ao art. 3º caput, da Lei 8666/93.*

A exigência do registro no Corpo de Bombeiros tem previsão nos itens 16.1, 17.1 e 18.1, do Anexo III do Edital, assim, a empresa contratada responsabiliza-se integralmente pela realização dos serviços, nos termos das legislações vigentes. Neste sentido, vejamos sobre a legislação aplicada vigente:

- Lei nº 11.901, de 12 de Janeiro de 2009;
- Lei 8.666/1993, de 21 de junho de 1993;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017 (Estudos Técnicos Preliminares) e seus anexos;
- Decreto Municipal nº 158/2018 (PMM/RJ) – Estabelece Procedimentos para Realização de Despesa e Dispõe sobre os Processos de Pagamento e dá outras providências.
- CBO-Classificação Brasileira de Ocupações (Portaria MTE nº 397/2002, versão 2.2.1-2010).
- Decreto Nº 42, de 26 de dezembro de 2018, alterado pelo Decreto Nº 46.925, de 05 de fevereiro de 2020 (Novo Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - Novo COSCIP - Compilado).
- NBR 14276/2020 - Programa de Brigada de Incêndio;
- NT 1-04-CM- Classificação das edificações e áreas de risco quanto ao risco de incêndio.
- NT 2-11 - Brigadas de incêndio - 2019.
- **Normas Regulamentadoras** Complementares ao capítulo V da CLT: (<https://enit.trabalho.gov.br/portal/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst->).

Destaca-se que no item 18.1, Anexo III do Edital, há previsão para comprovação da empresa licitante vencedora estar devidamente habilitada no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, CBMERJ, apta a prestar o serviço de Bombeiro Civil. Assim sendo, a Contratada tem a obrigatoriedade de atender a legislação vigente, citada no Termo de Referência, que já preconiza o registro e habilitação da empresa no CBMERJ e as condições estabelecidas.

SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL  
MARICÁ - RJ  
11094





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ	
PROCESSO Nº	9068/2023
DATA DE INÍCIO	08/05/2023
FLS.	15
RUBRICA	

Outrossim, apesar da exigência somente ser procedida após a habilitação, ao participar da licitação, todos os licitantes declaram cumprir na integralidade os requisitos inerentes ao processo licitatório, bem como a futura contratação, submetendo-se, no caso da não apresentação de documentos exigíveis, as sanções presentes na legislação em vigor.

Em face do exposto, conheço da IMPUGNAÇÃO e indefiro o pedido interposto, em razão de não assistir razão quanto a exigência de qualificação técnica, no que se refere ao certificado de credenciamento do licitante junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ em fase de habilitação.

Segue o procedimento licitatório.

Maricá, 10 de maio de 2023.

Valdeci do Amparo Trindade

Matrícula 107.626

Redigido por,

Mariá Bittencourt Silva

Matrícula 107.614

Autorizado por,

Fabrício Soares Bittencourt  
Secretário de Proteção e Defesa Civil  
Matrícula 110.934

SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
MAT. 110.934